



**PAUL SINGER**

é professor da USP, secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego e autor de, entre outros, *Globalização e Desemprego*, *Diagnóstico e Alternativas* (Contexto).

PAUL SINGER **O pano de  
fundo da crise  
financeira**

## RESUMO

A desregulação financeira e o livre-comércio subordinam governos nacionais eleitos aos capitalistas privados. Se estes forem contrariados por políticas públicas, os capitais fugirão ao exterior, provocando pane nos mercados financeiros e em seguida na economia real. O neoliberalismo triunfante eliminou a intervenção governamental na economia real, privando os capitais privados de diretrizes para seus investimentos. Só lhes resta entregar seus destinos à especulação financeira. A globalização internacionalizou a especulação e esta reforça a transnacionalização das empresas. A grande especulação financeira se alimenta de informações que provocam ondas de otimismo ou pessimismo em relação a certos ativos. As transações se fazem rapidamente e visam ao lucro imediato. As ondas só dão ganhos aos que chegam antes; os demais sofrem perdas. O investimento real se realiza com projeções de longo prazo, mas depende de bancos para financiá-lo. Quando o pessimismo reina nas finanças, o investimento real se retrai. Certos ativos se valorizam porque são comprados em massa, o que atrai mais capitais. As bolhas têm de estourar porque os lucros na economia real não podem acompanhar a valorização fictícia produzida pela especulação. O estouro da bolha derruba o valor do ativo e causa prejuízos enormes aos especuladores e a quem os financia. A crise financeira internacional de 2008 foi provocada pelo estouro duma bolha imobiliária nos Estados Unidos. Políticas keynesianas abreviaram a crise financeira, mas nada se fez ainda para impedir que novas crises aconteçam. Para que isso se possa dar seria necessário que a intermediação financeira fosse entregue a bancos públicos e bancos comunitários autogestionários.

**Palavras-chave:** desregulação financeira, fuga de capitais, globalização, neoliberalismo, especulação financeira.

## ABSTRACT

*Financial deregulation subordinates national elected governments to private capitalists. If public policies are seen as inimical by private capitals, these will fly from the country, paralyzing financial markets and afterwards do the same to the real economy. Triumphant neo-liberalism eliminated governmental intervention in the real economy, depriving private capitals of directives for their investments. They are forced to rely only on financial speculation. Globalization internationalized speculation and the last enforces enterprises to get transnational. The great financial speculation is fed by informations which launch waves of optimism or pessimism on some assets. Transactions are quickly made and envisage immediate profit. Waves allow gains only to those who come first; all others suffer losses. Real investments require long term projections, but need credits. When pessimism rules financial markets, real investment tends to stop. Some assets gain value because they are bought massively and this attracts further capitals to them. Booms have to burst because profits in the real economy cannot follow the fictitious gains in value produced by speculation. The burst of a boom knocks down the value of the asset and brings about enormous losses for speculators and those who financed them. The international financial crisis of 2008 was caused by the burst of a real-estate boom in the USA. Keynesian policies shortened the financial crisis, but nothing was done yet to prevent the happening of new crises. To make this happen, it would be necessary that the financial intermediation be managed only to public banks or by self managed banks, belonging to communities.*

**Keywords:** financial deregulation, capital flight, globalization, neo-liberalism, financial speculation.



**A** atual crise financeira mundial, iniciada em 2008, só se tornou possível por causa da desregulação das finanças, que nos Estados Unidos começou nos anos 1980 sob Reagan e foi completada sob Clinton na década seguinte. Dessa maneira, a banca estadunidense recuperou a liberdade de transferir moeda em montantes ilimitados entre continentes e países, da qual havia sido privada desde o New Deal de Franklin Delano Roosevelt, nos anos 1930. O exemplo dos Estados Unidos foi rapidamente imitado pelos demais países capitalistas, no que passou à história como a *grande onda neoliberal*, que se completou nas décadas seguintes com a adoção obrigatória do livre-comércio, concretizada na criação da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Liberdade de movimentação financeira e livre-comércio são instituições complementares, que garantem em conjunto a subordinação dos governos nacionais aos interesses e vontades dos detentores privados de capital. A liberdade financeira impede que governos nacionais possam praticar políticas que sejam consideradas prejudiciais aos capitalistas, sobretudo aos que detêm a posse de recursos líquidos, ou seja, valores sob a forma monetária ou de ativos financeiros facilmente transformá-

veis em dinheiro. Governos – sobretudo de inclinação esquerdista – propensos a tributar lucros e outros rendimentos elevados ou a restringir a liberdade de ação das empresas, mediante tabelamentos de preços ou imposição de teto aos juros, por exemplo, ficam sujeitos a enfrentar fugas em massa de capitais, que da noite para o dia deixam o país, ao serem convertidos em divisas estrangeiras.

Uma fuga de capitais paralisa a economia de qualquer país ao privá-lo das reservas de moeda forte, o que não lhe permite desde logo servir a dívida externa e em seguida de importar bens essenciais como combustíveis, remédios e matérias-primas. Se a economia estiver “aberta” pela adoção do livre-comércio, a impossibilidade de importar ameaça não só o bem-estar dos consumidores, mas também o funcionamento normal da indústria e de numerosos serviços essenciais (energia, transporte, saúde). Nenhum governo, nessas circunstâncias, se arrisca a contrariar os interesses ou a despertar o temor da classe proprietária das reservas monetárias do país. O pânico, que se apossa da classe capitalista nacional, contamina instantaneamente os capitalistas dos outros países, que aderem à fuga de capitais e passam a negar crédito ao governo e aos residentes no país do qual os capitais debandam.

Praticamente governo algum consegue permanecer em função quando setores essenciais da economia entram em pane. Por isso, qualquer governo que tenha a intenção de praticar políticas que não contam com o beneplácito do capital em geral e do capital financeiro em particular é obrigado a retomar imediatamente o poder de controlar a movimentação financeira e o comércio com o exterior, do qual a desregulamentação financeira e comercial o privou. Hoje em dia, há certo número de países (dos quais o mais importante é a China) que controlam a movimentação de ativos financeiros e, em consequência, a formação da taxa de câmbio, o que permite ao governo regular os termos de intercâmbio com o resto do mundo e restringir a especulação dentro do seu sistema financeiro.

## NA ECONOMIA GLOBALIZADA, O NEOLIBERALISMO ELEVA A ESPECULAÇÃO À SUA PLENITUDE

Este é o pano de fundo institucional da presente crise. No capitalismo, em sua forma liberal ou neoliberal, o capital privado não dispõe, para orientar suas decisões de investimento, de parâmetros que na época pré-neoliberal ou keynesiana lhe eram proporcionados pelas diretrizes da política industrial, agrícola, comercial, tecnológica, etc. do governo. A eliminação das intervenções governamentais diretas ou por meio de empresas estatais (hoje quase todas privatizadas) na economia deixou os capitais privados mais do que nunca entregues ao acaso das vicissitudes produzidas pela especulação. Em outras palavras, a propensão a especular, que é inata ao capital privado, ganha plenitude quando os responsáveis pela sua aplicação se defrontam nos mercados apenas com os seus iguais: operadores que têm por objetivo único a maximização do lucro privado.

No capitalismo keynesiano, os operadores privados se defrontavam também com agentes do capital público, cujos objetivos eram de interesse público, como o equilíbrio do balanço de pagamentos ou o controle da inflação. Quando o regime era democrático e os ocupantes do poder público eram eleitos pelos cidadãos, as metas dos agentes do capital público eram debatidas abertamente e aprovadas pelo Legislativo. Essas metas serviam de orientação para os operadores no mercado de capitais, cujas decisões podiam levar em conta a probabilidade de que o Estado conseguiria atingir suas metas, se não totalmente, ao menos em alguma medida.

Com a vinda da hegemonia neoliberal, a intervenção estatal na economia foi quase inteiramente eliminada. Ao mesmo tempo, o exercício da liberdade de movimentação internacional de ativos financeiros, bens e serviços globalizou o mercado de capitais.

O operador de capitais, em qualquer setor da economia, passou a ter de especular com tendências que se transmitem velozmente à totalidade dos mercados nacionais. Cada um deles se torna palco da concorrência entre empresas obrigadas a se tornar cada vez mais transnacionais para continuarem aptas a competir. Presentes em numerosos países, as transnacionais podem distribuir suas operações de abastecimento de matérias-primas, produção e comercialização de modo a minimizar custos e maximizar lucros.

A transnacionalização dos capitais pode ser considerada como um fruto da especulação, cada vez mais autocrata na caça ao lucro privado. A história mostra que a liberdade de iniciativa dos capitais privados rivais produz, como resultado de sua interação no mercado de capitais,  *crescente concentração do capital*. A lógica da competição intercapitalista é que as firmas maiores são via de regra as vitoriosas; a sina das outras é se entregarem às vencedoras, vendendo-se ou fundindo-se com elas, ou então a de serem arruinadas. Como todas as lógicas levadas às últimas consequências, essa também desembocaria num absurdo: todos os capitais privados acabariam fundidos numa única firma, que se tornaria o monopolista universal. A competição intercapitalista na era neoliberal é impedida de alcançar sua realização total pela legislação



de defesa da concorrência, hoje adotada e praticada pela maioria dos países. Para que o capitalismo continue concorrencial pelo menos em alguma medida, o Estado não somente pode mas deve intervir no mercado financeiro para colocar limites à concentração do capital. Dessa forma preserva-se a competição intercapitalista, que se torna mais anárquica pela falta de qualquer coordenação entre os capitais privados de grande porte, tornada ilegal por ser ameaça à competição.

## A ESPECULAÇÃO COMO MATRIZ DE CICLOS DE CONJUNTURA, EM QUE A CRISE FINANCEIRA É UM MOMENTO INEVITÁVEL

A sociedade capitalista contemporânea apresenta ao cidadão numerosas oportunidades de especular, em loterias, casas de jogo, bolsas de valores, resultados de disputas eleitorais e esportivas, etc. Mas a especulação de que aqui se trata não é a da multidão de apostadores, mas dos grandes capitais, concentrados nas mãos de intermediários financeiros – bancos, fundos vários, companhias de seguro, etc. – que os distribuem em carteiras compostas por diferentes ativos financeiros: *commodities* como ouro, combustíveis, produtos agrícolas, etc., títulos de propriedade (ações), títulos de crédito emitidos por governos ou empresas ou estoques de moedas de diversos países.

A liberação dos mercados financeiros de qualquer intervenção reguladora estatal faz com que a incerteza sobre o futuro de qualquer valor aumente, o que amplia as flutuações dos preços dos ativos financeiros, elevando os ganhos de quem acerta as apostas que faz e naturalmente as perdas de quem as erra. Os mercados que são palcos da grande especulação são dominados por profissionais, que fazem das informações que conseguem colher as armas com que

atuam. O jogo nas bolsas, que acontece toda semana, de segunda a sexta-feira, consiste em operações de compra e venda de ativos que são oferecidos em leilão. Quem dispõe de informações que lhe permitem prever o futuro próximo do valor de algum ativo corre para comprá-lo ou vendê-lo, antes que os seus competidores percebam o que faz e o imitem, pois, nesse caso, teria de partilhar os ganhos com eles.

O tempo que leva a difusão das informações é o principal determinante dos ganhos dos especuladores. Suponhamos que alguém vem a saber que a ação “x” irá se valorizar. Os que a comprarem antes pagarão um preço menor. Os que vierem depois já pagarão mais, pois a compra em massa do título eleva o seu preço. Os que adquirirem a ação quando ela atingir sua cotação máxima nada ganharão e poderão perder se em seguida houver grande venda da mesma, para a realização de lucros, pois ela faz com que o seu preço caia. Num caso como esse, não importa se a informação que originou a onda seja verdadeira ou não. Ela proporciona ganhos especulativos de qualquer jeito, desde que muitos acreditem nela. Por isso, mercados especulativos se movem por ondas de otimismo (que preveem alta de valores) e de pessimismo (que preveem o contrário).

As operações especulativas de compra e venda de valores financeiros ou reais se realizam em enormes quantidades em curtos intervalos, pois sua meta é a obtenção de lucros rapidamente. Nisso elas diferem das decisões de investimentos em capacidade produtiva, que exigem a imobilização de volumoso capital por longos períodos. Essas decisões exigem estudos cuidadosos e em geral demorados, porque requerem a reunião de muita informação, a ser processada e interpretada, para a construção de projeções de longo prazo. Em casos assim, não é incomum que a projeção preveja um período inicial de vários anos em que o lucro seja nulo ou mesmo negativo, para que depois se possa obter lucros volumosos por muito tempo.

O investimento em capacidade produtiva é feito na *economia real*, dedicada à produção e distribuição de bens e serviços que satisfazem direta ou indiretamente

necessidades humanas. Por isso podemos chamá-lo de *investimento real*, em contraposição ao *investimento financeiro*, cujo resultado não satisfaz necessidade humana alguma, a não ser o gozo da emoção do enfrentamento do risco e da conquista do ganho imediato, atribuído ao engenho e ousadia do jogador bafejado pela sorte. O que explica que o operador de mercado financeiro é quase sempre muito jovem, que enriquece depressa e que pode perder tudo o que amealhou e até a liberdade se lançou mão de recursos alheios com a esperança de tudo recuperar num golpe de sorte.

Embora o investimento real se baseie em informações confiáveis sobre um segmento específico da economia, ele também depende muito da visão do futuro dos decisores, que é sempre subjetiva. Os dirigentes de grandes empresas sabem que o êxito de seus investimentos depende do andamento geral da economia do país e do mundo, que é governado em boa medida pela soma dos investimentos reais dos capitalistas e dos gastos reais de consumo da massa do povo, na qual predominam os trabalhadores. A evolução passada dos investimentos e do consumo não basta para se projetar o futuro de longo prazo dos mesmos. A decisão de fazer ou não um investimento real de vulto depende do *animal spirits* (coragem animal) do decisor, como formulou Keynes a questão na Teoria Geral do Emprego.

Nessas condições, é inevitável que o fluxo de investimentos reais seja em grande medida condicionado pelo de investimentos financeiros, estes últimos dependendo do estado de humor dominante nos mercados financeiros. A subordinação do investimento real ao financeiro se explica em primeiro lugar pela necessidade do investidor real de obter financiamentos de bancos ou fundos, pois raramente seus recursos próprios, provindos da acumulação de lucros passados, bastam para cobrir todos os gastos decorrentes da construção de nova capacidade produtiva e os prováveis prejuízos no período inicial de funcionamento da nova capacidade de produção.

Quando os mercados financeiros são dominados pelo pessimismo, decorrente de

perdas causadas por apostas indevidamente otimistas, a disponibilidade de financiamento de investimentos na economia real cai a zero. A contração do crédito é um efeito notório de qualquer crise financeira. Intermediários financeiros quebram por causa da inadimplência de muitos devedores, outros porque perderam a confiança dos depositantes. O pessimismo se converte em pânico quando parte dos bancos sofre corridas dos depositantes e outra parte se declara falida, o mesmo se dando com fundos e companhias de seguros.

A crise financeira difunde o pânico na economia real: consumidores reduzem seus gastos ao mínimo indispensável, o comércio liquida estoques e cancela pedidos à indústria, esta suspende parte da produção e despede empregados em grande número. Inevitavelmente, planos de investimento são engavetados, investimentos em marcha são suspensos; a indústria de máquinas e equipamentos e de construção civil é contaminada pelo desemprego, dando sua contribuição à marcha da crise econômica.

As finanças, em tempos normais, abrangem uma parte limitada da atividade econômica. Com o triunfo do neoliberalismo e a eliminação das travas à movimentação de capitais, a especulação financeira se expandiu fortemente, ocasionando verdadeira hipertrofia das finanças, e acabou empregando uma parcela maior da força de trabalho, sobretudo jovens acadêmicos com brilhantes currículos de formação escolar. Ocorreu algo que passou a ser designado como “financeirização” do capitalismo, na medida em que, nas grandes empresas, o poder dos engenheiros, gestores de pessoal, tecnólogos, etc. passou a ser ofuscado pelo dos executivos financeiros. Estes se tornaram os representantes privilegiados dos interesses dos acionistas, fazendo com que o lucro trimestral fosse eleito indicador supremo de sucesso ou insucesso do empreendimento. A “financeirização” fragilizou a administração das empresas de capital aberto, sujeitando-a às oscilações diárias das cotações de suas ações nas bolsas.

Em suma, a desregulação financeira e comercial liberou a especulação, que passou

a produzir bolhas em alguns setores, para os quais o otimismo compartilhado pela maioria dos especuladores atrai crescentes volumes de capital. Como visto acima, a compra em massa dos ativos financeiros desses setores aumenta o seu valor, proporcionando lucros imediatos aos operadores que os adquiriram. O que atrai novos capitais, que novamente valorizam os ativos financeiros do setor. Rodadas dessa espécie se sucedem rapidamente, fazendo com que o valor dos ativos cresça aos saltos. É esse o processo que a palavra “bolha” designa.

Enquanto ela dura, os que investiram nos ativos do setor só têm ganhos. No entanto, é impossível escapar da lógica de que nenhuma bolha pode crescer ao infinito, mesmo porque a remuneração do capital investido nos ativos financeiros, sejam estes títulos de propriedade (como ações) ou de crédito, depende do lucro realizado na economia real. Ora, este não pode crescer no mesmo ritmo que o valor do capital investido no setor quando este é determinado pela especulação financeira. Verifica-se verdadeiro *descolamento* dos valores praticados pelas finanças, nos setores afetados por bolhas, dos valores pagos e recebidos pelos atores da economia real: produtores, administradores, compradores e vendedores, consumidores e pela autoridade pública que capta parcela desses valores sob a forma de tributos.

O valor do capital fictício, conforme Marx o denominou com muita propriedade, descola do valor do capital real, determinado pela taxa de lucro, isto é, pela relação entre o valor do capital investido na empresa e o seu lucro anual. Se o valor do capital estiver artificialmente inflado pela especulação financeira, a taxa de lucro terá de ser anormalmente pequena, o que obrigará o próprio mercado financeiro a corrigir o valor das ações das empresas beneficiárias da bolha, desvalorizando-as. Isso é feito pelos portadores das ações tão logo tomam conhecimento da insuficiência dos lucros. Eles põem suas ações à venda, mas ninguém vai comprá-las por um valor inflado. Logo, as ações se desvalorizam até que retornem a um patamar correspondente ao seu valor real. Essa desvalorização

geralmente se dá de forma fulminante, ocasionando prejuízos colossais aos que as compraram na alta, em geral com recursos emprestados. A ruína dos especuladores se transmite aos intermediários financeiros que lhes emprestaram dinheiro e – dependendo do tamanho da bolha – o seu estouro pode desencadear uma crise financeira. Esta é, em esquema, a história das crises financeiras que ocorreram sempre que o capitalismo destravou as finanças.

## A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL DE 2008: PARA ONDE VAMOS?

A crise financeira atual é o resultado do estouro da bolha imobiliária que perdurou desde 2001 nos Estados Unidos e em outros países. Durante seis anos, o valor dos imóveis não cessou de aumentar. Quando a demanda por imóveis da classe média começou a se esgotar, bancos de investimento resolveram recorrer a classes de menor poder aquisitivo, inventando as hipotecas *subprime*. Para convencer essa clientela pobre, os contratos *subprime* não cobravam juros sobre o valor emprestado durante o período inicial de vigência do contrato. Após alguns anos, juros passaram a ser cobrados e juros altos para compensar o não pagamento deles no período anterior. O esquema funcionou enquanto a bolha seguia adiante. Se os devedores se declaravam incapazes de pagar os juros, o banco lhes chamava a atenção de que os imóveis que haviam adquirido estavam valendo bem mais do que por ocasião da compra. Logo, eles podiam obter novo empréstimo hipotecário sobre o acréscimo de valor de sua habitação. Assim, enquanto os imóveis se valorizavam, os beneficiários das hipotecas *subprime* conseguiam manter-se adimplentes à custa de novos endividamentos.

A situação começou a mudar a partir de 2007, quando o grande volume de imóveis posto à venda deixou de encontrar compra-

dores. Isso tinha que acabar acontecendo, pois a demanda por moradias não é infinitamente elástica. O descolamento entre o volume de imóveis à venda estimulado pela sua valorização contínua e a demanda por eles teria de desaparecer tão logo os seus preços passassem a cair. Os devedores hipotecários, sobretudo os mais pobres, descobriram, para o seu horror, que a dívida que haviam assumido era maior do que o valor de seu imóvel, que servia de garantia de que a dívida seria paga pontualmente. Os devedores tentaram sair da enrascada vendendo seus imóveis, mas, como seria de esperar, não encontravam compradores, pois a bolha estourara e a avaliação dos imóveis refletia o novo equilíbrio entre o excesso de oferta e a contração da demanda.

O desenrolar da crise de 2008 está dentro do padrão das crises que a antecederam. A novidade está em sua extensão. Os maiores bancos do mundo, não só dos Estados Unidos, mas também da Europa e da Ásia, se envolveram até o pescoço na bolha imobiliária, o que lhes permitiu lucros excelentes. Quando os empréstimos hipotecários – particularmente os *subprime* – começaram a deixar de ser pagos, esses bancos verificaram que estavam falidos. A dimensão da hecatombe bancária é que era inédita, atingindo a maior parte dos sistemas financeiros do Primeiro Mundo, que depois da bancarrota dos Lehman Brothers, em setembro de 2008, simplesmente parou. Graças à desregulação financeira e à globalização, a economia mundial foi severamente atingida.

De acordo com a teoria econômica que sustenta o neoliberalismo, crises como essa não acontecem porque os especuladores são racionais e dispõem de todas as informações necessárias para agir racionalmente. De acordo com essa teoria, mercados livres de intervenção governamental tendem ao equilíbrio entre oferta e demanda. Durante seis anos, a persistência da bolha parecia comprovar essas teses. Subitamente, a realidade de que em mercados competitivos o rebanho de operadores pode mudar de direção quando o otimismo das apostas deixa de ser confirmado se revelou com-

pletamente. As finanças se encontravam em crise quase sem exceções e a paralisação das operações de crédito atingiu em cheio a economia real, que não tardou a entrar em pane também.

Felizmente, os governos abandonaram sua fé nas virtudes da livre concorrência com grande rapidez e colocaram as finanças estatais a serviço da banca insolvente. Os valores emprestados a bancos ou que serviram para nacionalizá-los foram astronômicos, por causa das grandes dimensões que a bolha imobiliária havia atingido. O que importa é que a pane financeira foi relativamente curta: ela começou no início de 2008, agravou-se catastróficamente no terceiro trimestre daquele ano, mas cerca de seis meses depois as finanças voltaram a funcionar na maioria dos países, o que permitiu reverter a paralisação da economia real já no ano seguinte. A recuperação das perdas de empregos e dos níveis de produção está se dando a partir de 2009. Ela se dá bem mais devagar nos países comprometidos com o neoliberalismo do que no Brasil, Índia e China, onde a desregulação financeira de forma geral não foi adotada e a presença estatal nos mercados financeiros sempre foi e continua sendo significativa. Esses três países já superaram os efeitos da crise ao longo de 2009 e se preparam para retomar o crescimento no ano que vem.

Mas isso não quer dizer que a partir de agora o mundo esteja livre de sofrer novas crises. A vitória sobre o neoliberalismo foi momentânea, mas mudanças estruturais nos mercados que travem a especulação financeira ainda não aconteceram. Não bastaria adotar novas regras de supervisão bancária se o grosso da intermediação financeira continuar nas mãos de capitalistas, empenhados em maximizar seus lucros no curto prazo. Os mercados financeiros nos Estados Unidos e na Europa estão revivendo, já recuperaram as bolsas de valores e novas bolhas estão dando sinais de vida.

Para entender a situação mundial nesta fase de pós-crise é necessário considerar a luta política entre direita e esquerda, que se trava tanto no campo da regulação financeira como no da necessidade de forjar uma política



mundial dirigida a evitar o aquecimento da terra. O modo como a crise financeira foi enfrentada pela maioria dos países não afetou, até onde se pode ver, o poderio econômico da banca privada e nem a sua influência política. O neoliberalismo um tanto silente nos últimos anos já voltou a tomar a palavra para criticar o aumento das dívidas públicas e denunciar que a volta a um crescimento vigoroso poderia trazer consigo o perigo de novos surtos inflacionários.

Durante 2009, as reuniões intergovernamentais exibiam certo consenso quanto à necessidade de reformar o funcionamento dos sistemas financeiros. Porém, tão logo a normalidade foi restaurada nos mercados financeiros, a pregação por mudanças que efetivamente previnam o retorno das bolhas e crises financeiras só foi sustentada por algumas vozes isoladas, *sem que propostas concretas tenham sido apresentadas, quanto mais discutidas*. Se as forças políticas que representam os interesses do povo trabalhador não conseguem (se é que tentam) chamar a atenção sobre o perigo de as crises continuarem acontecendo, nada de efetivo será empreendido.

Para não incorrer nesse erro tentarei apresentar propostas que me parecem essenciais para evitar que crises financeiras e depois econômicas continuem ocorrendo. É preciso reformular a participação do capital

privado e do capital público nos grandes sistemas nacionais de serviços: *saúde, finanças e educação*. Esses três sistemas têm muito em comum. Em primeiro lugar, os serviços que prestam são de máxima importância para o povo; em segundo lugar, é incompatível com a democracia que esses serviços sejam produzidos como mercadorias, sendo, por isso, vendidos somente àqueles que possam pagá-los. Privar a grande massa do povo trabalhador do acesso à moderna assistência à saúde, a fontes de informação e conhecimento e à educação é condená-la a uma existência subumana absolutamente intolerável. Ora, o mesmo se aplica aos serviços financeiros. Os trabalhadores, qualquer que seja o seu rendimento, necessitam serviços que lhes permitam poupar em segurança parte do que ganham para que possam no futuro garantir para si e seus descendentes moradia decente, serviços de saúde do mesmo padrão que usufruem os mais ricos e acesso a fontes de informação e conhecimento, que hoje ainda é fornecido por escolas, mas que em breve estará disponível a todos os que dispuserem de computador ou celular.

A existência de sistemas públicos de finanças, saúde e educação não tem impedido capitais privados de produzir e vender os mesmos serviços. Especificamente no caso do sistema financeiro, é indispensável que a intermediação pública esteja disponível a todos e a preços que estejam ao alcance dos bolsos mais modestos. O mais provável é que esse fim seja alcançado também por bancos comunitários, englobando, nesse conceito, cooperativas de crédito, fundos rotativos e outras formas de intermediação autogestionária exercida pelos seus donos e usuários. Pessoas economicamente privilegiadas acreditam que a administração de seus haveres exige conhecimentos “técnicos” que só especialistas dominam, expondo-se desse modo a serem ludibriadas. O funcionamento mais que aceitável dos intermediários possuídos e dirigidos pelos usuários pode lhes demonstrar que o autoatendimento na área dos serviços é uma alternativa melhor para seus interesses, além de emancipá-los da subordinação alienante a peritos.